

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 39.696.805/0001-57

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

## Relatório da Administração

**APRESENTAÇÃO:** Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários referente ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. A autorização de funcionamento da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi publicada em 11 de fevereiro de 2021 no Diário Oficial da União, pelo Banco Central do Brasil. O plano de negócios da Corretora está sendo seguido integralmente, com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva, e

em linha com as etapas e evolução do projeto. A Corretora iniciou suas atividades em 1 de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais estrangeiros. O Grupo acredita que a Corretora trará uma complementariedade em relação às linhas de negócios do Scotiabank Brasil, viabilizando a oferta de novos produtos e serviços aos clientes e, com o início efetivo das operações, permitirá o aumento da participação do Scotiabank no mercado de renda variável local bem como sua contribuição para o fomento desse mercado em nosso país. A pandemia não afetou capacidade operacional da Corretora e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma

série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. A Corretora continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição. **AGRADECIMENTOS:** A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento nesta nova fase de expansão no mercado brasileiro.

## A Diretoria

**Demonstração do Resultado - Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

	2021	
	Nota	2º Semestre Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	1.624	2.289
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.624	2.289
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	(14)	(14)
Operações de captação no mercado	(14)	(14)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	1.610	2.275
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	(1.459)	(1.561)
Receitas de prestação de serviços	17a	3.417
Despesa de pessoal	(3.352)	(3.352)
Outras despesas administrativas	17b	(1.119)
Despesas tributárias	(405)	(436)
<b>Resultado operacional</b>	151	714
<b>Resultado antes da tributação e participações nos lucros</b>	151	714
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	11a	(159)
Imposto de renda	(170)	(302)
Contribuição social	(90)	(176)
Ativo fiscal diferido	101	106
<b>Participações no lucro</b>	(112)	(112)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do período</b>	(120)	230
<b>Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações - R\$</b>	(2,00)	3,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente - Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

	2021	
	Nota	2º Semestre Exercício
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do período</b>	(120)	230
<b>Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	123	(4)
Títulos e valores mobiliários	224	(7)
Efeito fiscal	11b	(101)
<b>Resultado abrangente do período</b>	3	226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

	2021	
	Nota	2º Semestre Exercício
<b>Atividades operacionais</b>	(120)	230
<b>(Prejuízo)/lucro líquido do período</b>	(120)	230
<b>Ajustes ao (prejuízo)/lucro líquido</b>	(32)	(37)
Impostos diferidos	(101)	(106)
Depreciação/amortização	69	69
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	6.033	(54.255)
Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários (Aumento) em outros ativos	8	684
Aumento em outros passivos	9	(84.276)
<b>Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades operacionais</b>	5.881	(54.062)
<b>Atividades de investimento</b>	(232)	(232)
Aplicações no ativo intangível	(807)	(807)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>	(1.039)	(1.039)
<b>Atividades de financiamento</b>	10	-
Integralização de capital social	10	60.000
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	10	60.000
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	4.842	4.899

**Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa**

	2021	
	Nota	2º Semestre Exercício
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	57	57
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	4.899	4.899
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	4.842	4.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** No exercício, a Administração decidiu não deliberar distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme legislação vigente. **11. Imposto de renda e contribuição social: a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações**

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros</b>	602	602
<b>Adições/(exclusões) temporárias</b>	265	265
Outras despesas administrativas	265	265
<b>Adições/(exclusões) permanentes</b>	444	158
<b>Base tributável</b>	1.311	1.025
Alíquotas	25%	15%
<b>Total IRPJ e CSLL - Valores correntes antes dos incentivos fiscais</b>	(304)	(176)
Incentivos fiscais	2	-
<b>Total IRPJ e CSLL - Valores correntes</b>	(302)	(176)
Créditos tributários	66	40
<b>Total</b>	(236)	(136)

**b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem**

	2021	
	Saldos no início do período	Realização/Reversão
<b>Créditos tributários</b>	-	-
<b>Refletido no resultado</b>	106	106
Provisões Inadjuváveis	106	106
<b>Refletido no Patrimônio Líquido</b>	3	3
Ajuste a valor de mercado TVM	3	3
<b>Total</b>	109	109

**c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	2021	
	Diferenças Temporárias	Total
<b>Prazo de realização</b>	-	-
1º ano	109	109
<b>Total</b>	109	109

**Valor Presente (i)**

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada. **12. Limites de Baseleia e limites operacionais:** A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Baseleia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Baseleia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 12,14%, sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. **13. Passivos contingentes:** A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2021. **14. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	2021	
	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	97	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	97	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)</b>	4.701	9
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	4.701	9

**Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços**

	2021	
	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	(75)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	(75)

**a) Remuneração da administração:** Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 510, sendo formadas por salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **15. Pagamento baseado em ações:** Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU) - Restricted Share Unit Plan:** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo registrado. **16. Benefícios a empregado pós-emprego:** Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, com assistência médica e participações nos lucros. A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **17. Outras informações: a) Receitas de prestação de serviços:** São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, no montante de R\$ 3.417. **b) Outras despesas administrativas:** Referem-se substancialmente a despesas com processamento de dados R\$ 328, serviços do sistema financeiro R\$ 412 e serviços técnicos especializados R\$ 293.

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

	2021			2021	
	Nota	2021		Nota	2021
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Disponibilidades</b>	4	198	<b>Outros passivos</b>	9	89.976
<b>Ativos financeiros</b>		64.557	Negociação e intermediação de valores		87.794
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.701	Diversos		2.182
Títulos e valores mobiliários	6	59.856			
<b>Outros ativos</b>	8	84.368	<b>Patrimônio líquido</b>		60.226
Negociação e intermediação de valores		84.129	Capital social	10	60.000
Diversos		239	Reserva de Lucros	10	230
<b>Créditos tributários</b>	11b	109	Outros resultados abrangentes	3d	(4)
<b>Imobilizado em uso</b>		217			
Imóveis de uso		8	<b>Total do passivo</b>		150.202
Outras imobilizações de uso		224			
Depreciações acumuladas		(15)			
<b>Intangível</b>		753			
Ativos intangíveis		807			
Amortizações acumuladas		(54)			
<b>Total do ativo</b>		150.202			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)**

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	10	60.000	-	-	-	-	-
Constituição do Capital Social			-	-	-	-	60.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	230	230
Constituição de reserva legal		-	11	-	-	(11)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	219	-	(219)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		60.000	11	219	(4)	332	60.226
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		60.000	18	-	(127)	332	60.223
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	123	-	123
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(120)	(120)
(Reversão) de reserva legal		-	(7)	-	-	7	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	219	-	(219)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		60.000	11	219	(4)	-	60.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país, oferecendo a eles uma estrutura integral e "end to end" (de ponta a ponta) em linha com as legislações vigentes. A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil"). A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo The Bank of Nova Scotia ("BNS"). A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e recebeu a última concessão da CVM em 26 de julho de 2021. As atividades operacionais foram iniciadas em 1 de novembro de 2021. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 10 de março de 2022. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras. **3. Descrição das principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora. **b) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor de mercado. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanco Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria de: "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. **e) Permanente - Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; **f) Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (Impairment), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas por impairment. **g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei 7.689/1988. Nos termos da Lei 14.183/2021, a alíquota de CSLL foi majorada em 5%, passando de 15% para 20% no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Os Créditos Tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social. Com base na Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos. **h) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **i) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que revoga a Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possui ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido não reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **j) Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **k) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos. **l) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2021 o resultado da Corretora é integralmente recorrente R\$ 230.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	
	Disponibilidades em moeda nacional	Aplicações no mercado aberto - rendendas a liquidar - posição bancada - Ligadas (Nota 14)
<b>Total</b>	4.701	4.899

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2021	
	Aplicações no mercado aberto - rendendas a liquidar - posição bancada - Ligadas (Nota 14)	Total
<b>Total</b>	4.701	4.701

**6. Títulos e Valores Mobiliários:** O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

	2021			
	Sem vencimento	De 3 a 6 meses	Valor de mercado/Contábil	Custo atualizado
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	-
LTN	-	54.215	54.215	54.222
<b>Subtotal</b>	-	54.215	54.215	54.222

**Vinculados a prestação de garantias (I)**

	2021			
	Sem vencimento	De 3 a 6 meses	Valor de mercado/Contábil	Custo atualizado
Cotas de fundo de investimento	5.641	-	5.641	5.641
<b>Subtotal</b>	5.641	-	5.641	5.641
<b>Total</b>	5.641	54.215	59.856	59.863

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cot

Diretoria

Contador

Antonio Pianucci

Jaques Mester

Roberto Shoji Haga

Paulo André Campos Bernardo

Rodrigo Almeida Sergio

CRC 1SP242224/O-6

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 de fevereiro de 2021 (data de autorização de funcionamento) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2022.


**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC 2SP014428/O-6

**Mark Suda Yamashita**  
 Contador CRC SP - 1SP271754/O-9


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>